



O CURRÍCULO UNIVERSITÁRIO: PERCEPÇÕES DE EGRESSOS INDÍGENAS

GT 10: Ensino, Currículo e Organização Escolar

Pôster

Clésio Castro do CARMO (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

e-mail clesiocarmo@gmail.com

Ozerina Victor de OLIVEIRA (Docente Do Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

e-mail ozarina.oliveira@ufmt.br

1 Introdução

Este trabalho faz parte das atividades de pesquisa desenvolvido no âmbito do Projeto de Mestrado intitulado o Currículo Universitário e a Interculturalidade: percepções de alunos indígenas, que tem como objetivo compreender como os egressos indígenas dos nos cursos de licenciaturas percebem a interculturalidade, os saberes e Cultura do Povo Indígena no currículo dos cursos de licenciaturas da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá.

Um dos objetivos específicos desse projeto visa identificar, a partir da análise da documentação desses cursos disponível em site institucional de acesso público, as disciplinas da matriz curricular que possibilitam o estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas. O documento encontrado tem sido o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que é o documento que baliza a formação dos licenciandos, onde procuramos indicativos de como a interculturalidade está sendo proposta na formação dos indígenas licenciandos.

Neste trabalho, em particular, apresentamos um estudo piloto, a partir do qual analisaremos os demais PPCs dos cursos que serão campo da pesquisa de mestrado. Assim, descreveremos dados referentes a análise do PPC do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), exercitando a análise dos mesmos.

2 Desenvolvimento do trabalho

2.1 A metodologia utilizada

Para construir a reflexão sobre como a interculturalidade está presente neste curso de licenciatura da UFMT, recorreremos a pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), os investigadores qualitativos entendem que as ações podem ser melhor compreendidas

quando observadas no seu ambiente natural de ocorrências [...] o que permite uma compreensão mais ampla da realidade pelo pesquisador, pois seu contato com o objeto de estudo é mais direto e estreito, atentando para o maior número possível de elementos nele presentes (LUDKE e ANDRÉ, 2001).

Para análise do projeto pedagógico do curso selecionado para este estudo piloto, plano de ensino das disciplinas etc. recorreremos à pesquisa documental. Adotamos a concepção de documento apoiando-nos em Chizzoti (2000) pois para o autor

[...] qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc, contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixada por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação, etc. Quaisquer informações orais (diálogo, exposição, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritos em suporte material (CHIZZOTTI, 2000, p. 109).

De acordo com Silva et al. (2009), a coleta de documento apresenta-se como importante fase da pesquisa documental, exigindo do pesquisador alguns cuidados e procedimentos técnicos acerca da aproximação do local onde se pretende realizar a “garimpagem” das fontes que lhes pareçam relevantes a sua investigação. Formalizar esta aproximação com o intuito de esclarecer os objetivos de pesquisa e a importância desta constitui-se em um dos artifícios necessários nos primeiros contatos e, principalmente, para que o acesso aos acervos e fontes seja autorizado.

Neste trabalho utilizamos, inicialmente, como fonte documental o PPC do curso de licenciatura em História, pois mostrou-se pela leitura exordial uma conexão com o conteúdo proposto pela Lei 11.645. A partir desse documento, estabelecemos três passos a serem seguidos: a) leitura do PPC a partir da localização das palavras: indígena, interculturalidade e étnico-racial no aplicativo Microsoft Edge, utilizando o buscador Copilot para identificar aonde se fazia presente os conteúdos previstos pela Lei 11.645/08; b) descrição das informações coletadas; c) sistematização e análise dos resultados.

2.2 O currículo universitário: a Lei 11.645/08 em questão

Sabe-se que, desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, muitas normas legais em defesa dos direitos dos povos indígenas foram editadas. No campo educacional destacamos a Lei nº 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 11.645/08 e o Parecer CNE/CEB no 14/2015. No entanto, a construção de uma estrutura legal e normativa que visa proporcionar aos povos indígenas uma educação escolar específica e diferenciada, intercultural e bilíngue esbarra, entre outros fatores, na construção de currículos que [...]

incorporam com maior ou menor ênfase, debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos nossos alunos e alunas (MOREIRA, CANDAU, 2006, p.88). Por isso, para Silva (1996)

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (SILVA, 1996, p. 23)

Como se pode perceber, o currículo se constitui elemento central do projeto pedagógico da escola e vem sendo modificado durante a história de acordo com cada ideologia presente em sua época de formulação, do tipo de cultura e das relações de poder intrinsecamente ligadas a uma determinada sociedade (APPLE, 2000). Dessa forma [...] o currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições (SACRISTÁN, 1999, p.61)

Os PPCs são acordos firmados em torno de um currículo, que revelam a perspectiva institucional e devem ser compreendidos conforme Sacristán; Pérez Gomes (2000, p. 27), como um processo que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente (SACRISTÁN; PÉREZ GÓMES, 2000, p.27).

No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de licenciatura em História da UFMT observamos que o currículo está dividido em três núcleos: a de formação geral, de aprofundamento e diversificação na área de atuação e estudos integradores. No núcleo de formação geral encontra-se o componente curricular “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, de caráter obrigatório, com carga horária de 64 horas, abrangendo em sua ementa os seguintes temas:

Reflete sobre diferentes aspectos da história da África e dos africanos e *indígenas* na história e formação cultural do Brasil e do continente americano. Estuda a formação das múltiplas identidades culturais dos africanos e dos *indígenas*, nos diferentes períodos: pré-colombiano, colônia, império e república. Atenta à discussão sobre: resistência, decolonização, multiculturalismo, *interculturalidade*, patrimônio cultural, políticas afirmativas e democracia. (UFMT, 2017, p.85, grifos nossos)

A ementa está ancorada por um referencial teórico-metodológico que parte “de uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo” (SANTOS e MENESES, 2009, p.183).

É importante ressaltar que os conteúdos propostos na ementa do componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Indígena encontra-se amparado em referências bibliográficas que abordam tanto de questão racial quanto a indígena. Além disso, de acordo com o buscador utilizado, a palavra indígena se faz presente como conteúdo, ou nas referências bibliográficas dos seguintes componentes curriculares no PPC de História: História Geral e do Brasil, História e História do Brasil, História Moderna e Contemporânea, História do Brasil e Historiografia. Também se verifica que existem disciplinas que abordam a questão indígena como um dos temas a serem trabalhados tais como: Sociedade, relações de poder e culturas no Brasil Colonial, Sociedades, relações de poder e culturas em Mato Grosso.

A análise do PPC do curso de História nos permite inferir que a interculturalidade se faz presente e não está restrita ao universo de um componente curricular específico mas, perpassa pelos demais componentes curriculares e isso representa uma busca de ruptura com um modelo de formação tradicional caracterizado, segundo Guimarães (2012), pela omissão, invisibilidade e o silenciamento da história dos afro-brasileiros e indígenas na formação docente, nos currículos escolares, e em outras representações do âmbito escolar e acadêmico.

3 Considerações finais

De acordo com Guimarães (2012) o ensino de História ocupa um lugar estratégico nos currículos escolares assim à medida que estudamos o PPC do curso presencial de história, no ementário curricular, observa-se que a temática indígena se faz presente em alguns componentes curriculares do curso. Isso nos permite inferir que os conteúdos referentes a história e cultura indígena não está restrito apenas a único componente curricular mas, perpassa como conteúdo das diversas disciplinas do curso. Ressalta-se que, o ensino de história está intimamente relacionado com o conteúdo proposto pela Lei 11.645/08 e que contribuem para que possamos entender a formação da nossa sociedade e de como as diferenças foram utilizadas para inviabilizar a participação dos indígenas na construção da história brasileira.

4 Referências bibliográficas

APPLE, M. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.



BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena no Brasil**. Disponível em http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf Acesso 30/09/2023.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa Em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União. Disponível em https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf Acesso: 23/03/2024.

BRASIL, Parecer CNE/CEB nº 14, de 11/11/2015. Diário Oficial da União. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/30000-uncategorised/21103-ceb-2015> Acesso: 23/03/2024.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SACRISTÁN, J. G. **Currículo e diversidade cultural**. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. B. (Org.). Territórios contestados. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SACRISTÁN, J.G; PÉREZ GÓMES, A.I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campelo da et al. **Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente**. Disponível em <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2021/08/pesquisa-documental.pdf> Acesso: 25/09/2024

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

_____. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz. Tadeu. **Currículo e identidade social: territórios contestados**. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.